



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Diretoria de Regionalização e Descentralização das Políticas do Turismo

Nota Técnica nº 54/SECULT/DRDP/2021

**PROCESSO Nº 1500.01.0108907/2021-15**

Prezados,

Em resposta Ofício nº 10811/2021 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais TCEMG referente à análise da atuação da SECULT como coordenadora da Política Estadual de Turismo a partir do Relatório Preliminar de Auditoria Operacional datado de 2020 e seu apêndice elaborado em 2021 a partir de resposta desta Secretaria, apresentamos nova manifestação.

O “APÊNDICE – Análise dos Comentários do Gestor” apresentado a partir da página 62 do documento “Relatório Final de Auditoria Operacional - A gestão das políticas públicas da atividade turística em Minas Gerais - A atuação da SECULT como coordenadora da Política Estadual de Turismo” aponta informações ainda não esclarecidas pela SECULT na **Nota Técnica nº 1/SECULT/SPT/2020 (19620243) em resposta ao Ofício nº 12.387/2020**. Destacamos que se considerou oportuno, no primeiro momento, explanar pontos do Programa de Regionalização estadual de modo a alinhar entendimentos sobre esta política para prosseguimento nas análises e encaminhamentos propostos. Nesta nota, apresentamos deste modo, informações complementares que visam elucidar as recomendações e conclusões apresentadas pelo TCEMG sobre a da Política Estadual de Turismo e apresentar ações planejadas, desenvolvidas e em desenvolvimento para esta política.

#### Revisão da Política de Regionalização

Ao longo de 2020 a SECULT realizou um diagnóstico e avaliação da Política de Regionalização do Turismo (PRT) considerando que, ao completar 20 anos em 2021, a PRT se mantém como a política turística com maior tempo de implantação na SECULT, cabendo avaliar sua efetividade, desafios e melhorias. O trabalho foi desenvolvido pela Assessora da Subsecretaria de Turismo Roberta Queiroz que realizou entrevistas com diversos atores participantes da política ao longo dos anos de modo a identificar os avanços e retrocessos na implementação desta política. Produtos desse estudo são três diagnósticos e um plano de ações participativas para o desenvolvimento desta revisão, conforme apresentados abaixo:

1. [Diagnóstico 1 - Percepções dos atores estatais](#)
2. [Diagnóstico 2 - Percepções do trade turístico](#)
3. [Diagnóstico 3 - Percepções dos Circuitos Turísticos](#)
4. Plano de estratégias participativas para revisão da Política de Regionalização

Assim como o relatório do TCEMG, a revisão da PRT identificou gargalos e possibilidades de aprimoramento para que a política seja mais moderna e atenda melhor ao seu público alvo e o plano de estratégias visa, de forma participativa, identificar a melhor maneira de reformular a Política.

A revisão está sendo baseada em 8 etapas e faz parte das ações de retomada da atividade turística em Minas Gerais Programa Reviva Turismo e tem previsão de conclusão em 2022.

Informações sobre o Plano disponíveis em: <https://www.secult.mg.gov.br/noticias-artigos/6713-romeu-zema-lanca-reviva-turismo-programa-de-retomada-gradual-e-segura-do-setor>

Etapa	Objetivo	Resultados esperados
<b>APRESENTAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS</b>	Apresentar os principais resultados dos três diagnósticos a todas as Instâncias de Governanças Regionais (IGRs) e aos representantes do Conselho Estadual de Turismo (CET).	Percepções dos atores identificadas e organizadas para subsidiar as próximas ações.
<b>VALIDAÇÃO E</b>	Entender as percepções das instâncias de governança sobre os problemas presentes em sua região, de modo	Demandas prioritárias identificadas e validadas por cada

<b>PRIORIZAÇÃO DAS DEMANDAS</b>	a validar as demandas observadas, por meio dos diagnósticos, e entender, a partir disso, qual a prioridade de cada região.	região; Grupos de IGRs formados em conformidade com a similaridade de problemas.
<b>APROFUNDAMENTO DAS DEMANDAS E DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE AÇÃO</b>	Definir estratégias de ação para o enfrentamento aos problemas comuns de cada grupo de IGR, a partir de um olhar mais aprofundado sobre especificidades dos problemas regionais, suas variações e pontos de convergência.	Estratégias de ação criadas para cada área de demanda.
<b>DEVOLUTIVA DAS ESTRATÉGIAS PROPOSTAS</b>	Apresentar as estratégias de ação definidas, sistematizando um grande plano de ação, a ser validado pelos atores regionais e pelos representantes do CET	Estratégias (diretrizes) macro de intervenção na política validadas junto às IGRs e ao CET
<b>IMPLEMENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS</b>	Implementar as estratégias de ação definidas, de modo a promover resultados mais abrangentes sobre a política de regionalização de turismo.	Estratégias implementadas (parcialmente nos anos de 2021 e 2022).
<b>PLANEJAMENTO DA POLÍTICA</b>	Elaborar o planejamento da política de regionalização de turismo, com a finalidade de introduzir mais clareza às diretrizes e objetivos esperados com a política para os próximos anos e auxiliar na organização das ações prioritárias da política.	Plano da política de regionalização elaborado
<b>MONITORAMENTO DA POLÍTICA</b>	Fazer uma análise qualitativa sobre o papel da Secretaria no monitoramento da política, de modo a definir com mais clareza os mecanismos que serão utilizados e o formato de monitoramento a ser adotado no processo de implementação da política de regionalização do turismo.	Relatórios qualitativos de monitoramento elaborados e entregues (ano 2021 e 2022).
<b>CATEGORIZAÇÃO DAS INSTÂNCIAS</b>	Atualizar o modelo de categorização das instâncias de governança, de modo a avaliar os critérios atualmente adotados e propor melhorias que se fizerem necessárias à efetiva aplicação/uso da categorização no dia a dia da implementação da política de regionalização do turismo.	Categorização das IGRs estabelecida e aplicada.

Tal proposta foi validada pela Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais (FECITUR) e pela Câmara Temática Segmentação Turística e Regionalização do Conselho Estadual de Turismo (CET) que acompanham as execuções periodicamente. Atualmente a SECULT se encontra no final da etapa 2: VALIDAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS DEMANDAS definindo os grupos focais e agendando as reuniões com as IGRs para as primeiras semanas de outubro de 2021. Abaixo acompanhamento das ações.

<b>Etapa</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Status / Acompanhamento</b>
<b>APRESENTAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS</b>	Apresentar os principais resultados dos três diagnósticos a todas as Instâncias de Governanças Regionais (IGRs) e aos representantes do Conselho Estadual de Turismo (CET).	Apresentações realizadas para IGRs, FECITUR, Conselheiros do CET, equipe interna da Secult (SPT, SMT, Subturismo e Subcultura) e parceiros da Política: AMM e SEBRAE
<b>VALIDAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS DEMANDAS</b>	Entender as percepções das instâncias de governança sobre os problemas presentes em sua região, de modo a validar as demandas observadas, por meio dos diagnósticos, e entender, a partir disso, qual a prioridade de cada região.	43 questionários preenchidos pelas IGRs certificadas contendo suas percepções sobre os problemas, tabulação e análise dos eixos de atuação da política e separação de grupos por gargalos da Política.

#### Sistema de certificação e monitoramento das Instâncias de Governança

Além da ação de revisão da Política, em 2020 e 2021 estão sendo realizadas ações voltadas para a modernização do processo de certificação das IGRs e municípios interessados em

participar da Regionalização no Estado. Uma das etapas desse processo foi a criação e implementação do Sistema de certificação e monitoramento dos Circuitos Turísticos, que foi lançado em junho de 2021. Com o sistema, a digitalização do processo de certificação busca fazer parte da modernização de diversos serviços no estado, disponibilizando uma plataforma inovadora em comparação aos outros estados da federação para essa política de turismo; promover maior transparência no armazenamento, acesso e análise dos documentos, uma vez que os arquivos salvos poderão ser recuperados pelo usuário e também analisados pela equipe técnica sem a necessidade de download e armazenamento nos computadores; permitir a geração de dados por meio de relatórios que ilustrarão os avanços da atividade; e monitorar a política sendo aplicada de forma descentralizada. Todos estes aspectos viabilizam um diagnóstico mais organizado e facilmente atualizado da política pública.

A criação da ferramenta, promoveu também a redução do custo financeiro, ambiental e laboral tanto para os municípios e Instâncias de Governança Regionais (IGRs), quanto para o estado.

Sob o aspecto financeiro: diminuição da impressão e/ou xerox de documentos (papel, tinta, grampos e encadernações) e da postagem destes arquivos;

Sob o aspecto ambiental: redução do volume de papeis impressos e do uso de tintas poluentes e diminuição de gases provocados pelos deslocamentos dos transportes usados nas postagens.

Sob o aspecto laboral: redução de carga horária para análise dos documentos por parte da equipe da Secult, considerando a convergência dos documentos em um mesmo local e o salvamento de documentos imutáveis e, otimização do tempo dos gestores regionais e locais que poderão usar ferramentas virtuais para salvar, enviar e consultar os arquivos.

O sistema de certificação também propicia agilidade na busca por informações referentes aos usuários e atores envolvidos; acesso aos documentos de forma virtual, viabilizando o acesso de forma remota tanto para o estado quanto para as IGRs e municípios; redução de espaços de armazenamento de papeis e documentos físicos nos edifícios públicos; promoção do Estado e governo como um agente facilitador e promotor de melhorias para a população; e possibilidade de monitoramento mais efetivo da política pública.

Matéria sobre o lançamento e capacitação do sistema: <https://www.secult.mg.gov.br/noticias-artigos/6796-sistema-de-certificacao-e-monitoramento-e-tema-de-capacitacao-virtual-realizada-pela-secult>

De modo a responder às recomendações encaminhadas e atendimento a proposta de criação de plano de ações, encaminhamos abaixo ações em execução e planejadas para a Política.

N	Ação	Parceiros	Prazo	Recomendação TCEMG	Observação/ Monitoramento	Responsáveis
1	<p><b>Revisão da Política de Regionalização</b></p> <p>I - Apres dos diagnósticos (2 etapas)</p> <p>II - Validação e priorização das demandas (4 etapas)</p> <p>III - Aprofundamento das demandas e definição de estratégias de ação (2 etapas)</p> <p>IV - Devolutiva das estratégias propostas (2 etapas)</p> <p>V - Implementação das estratégias de ação (5 etapas)</p> <p>VI - Planejamento da política de regionalização de turismo</p> <p>VII - Monitoramento da política de regionalização de turismo</p> <p>VIII - Categorização das instâncias de governança</p>	IGRs, Fecitur, AMM, Sebrae, CET	Abril/2022	B, C, D, E, F, G, H, I	<p>I - Realizado</p> <p>II - Em andamento. Reuniões previstas para outubro</p>	<p>Subturismo – Roberta Queiroz</p> <p>DRDP – Priscila Martins</p> <p>SPT – Flavia Ribeiro</p>
	<p><b>Monitoramento da Política de Regionalização</b></p> <p>I – Criação de critérios e</p>					

2	<p>periodicidade para monitoramento dos entes envolvidos na política e seu papel (IGRs, Secult, municípios, CET)</p> <p>II – Acompanhamento qualitativo dos Planejamentos estratégicos das IGRs</p> <p>III – Acompanhamento das ações realizadas pelas IGRs junto aos municípios</p>	IGRs, Fecitur, municípios, CET	Contínuo	C, D, F, G, H, I	<p>I – Etapa contemplada na revisão da PRT prevista para fev/2022</p>	<p>Subturismo – Roberta Queiroz</p> <p>DRDP - Priscila Martins</p> <p>SPT – Flavia Ribeiro</p>
3	<p><b>Modernização do processo de certificação das IGRs</b></p> <p>I – Criação do sistema de certificação e monitoramento dos Circuitos Turísticos</p> <p>II – Implementação do monitoramento das ações das IGRs</p> <p>III – Revisão do Decreto e Resolução para avaliação e mudanças na documentação demandada</p> <p>IV – Disponibilização de mapa virtual interativo com IGRs e municípios certificados</p> <p>V – Melhorias no sistema de certificação e monitoramento dos Circuitos Turísticos</p>	IGRs, Fecitur, AMM, CET	Contínuo	B, C, D, G	<p>I – Sistema lançado em junho/21. 48 IGRs capacitadas e sistema utilizado na certificação 2021.</p> <p>II – Primeira análise de ações durante o período de certificação 2021.</p>	<p>DRDP – Priscila Martins</p> <p>SPT – Flavia Ribeiro</p>
4	<p><b>Dados sobre a Política de Regionalização</b></p> <p>I – Realização do Censo do Turismo Mineiro bianualmente</p> <p>II – Acompanhamento de indicadores de monitoramento do desenvolvimento dos municípios</p>	Municípios, IGRs, Fecitur, AMM, CET, SEBRAE	Contínuo	C, I, J	<p>I - Censos realizados em 2017 e 2019 e previsto lançamento em outubro de 2021.</p>	<p>DRDP – Priscila Martins</p> <p>SPT – Flavia Ribeiro</p>
5	<p><b>Capacitação e qualificação para IGRs e municípios</b></p> <p>I – Criação de Catálogo de Cursos Gratuitos EAD Cultura e Turismo</p> <p>II - Curso EAD: Introdução ao Turismo</p> <p>III - Curso EAD: Captação de Recursos - Interfaces da Cultura e do Turismo</p> <p>IV - Curso EAD: Como elaborar infográficos para apresentar dados do turismo</p> <p>V -Curso EAD: Operacionalização da Plataforma Integrada do Turismo</p> <p>VI – Curso EAD: Plano Municipal do Turismo</p> <p>VII - Curso EAD: Regionalização e seus Desdobramentos em Minas Gerais</p> <p>VIII - Curso EAD: Marketing</p>	Subcultura, Sedese, Sebrae, Senac, Gerdau	Contínuo	A, J	<p>I – Lançamento realizado em 05/05</p> <p>II - 896 inscritos e 292 certificados emitidos em 2021</p> <p>III – 704 inscritos, 241 certificados emitidos</p> <p>IV - 337 inscritos, 109 certificados emitidos</p> <p>V - Curso com 81 inscritos. Inscrições abertas até 08/10</p> <p>VI –11 municípios participantes (8 IGRs) Início do curso: 13/07/21 / Previsão de conclusão: 15/12/2021. Projeto piloto com apoio de técnicos Secult em que a entrega final será o Plano concluído</p> <p>VII – Previsão de abertura em out/21</p> <p>VIII - Previsão de abertura em nov/21</p>	<p>DCQ – Marcio Ribeiro</p> <p>DRDP – Priscila Martins</p> <p>SPT – Flavia Ribeiro</p>

	<p>Turístico: estratégias para promover o meu destino</p> <p>IX - Curso EAD: Gestor Regional - Papéis e Atribuições</p> <p>X - Curso EAD: Conselhos Municipais - Orientações, Compromissos e Responsabilidades</p> <p>XI - Curso EAD: ICMS Turismo - Da Captação a Implementação Efetiva</p> <p>XII - Curso EAD: Planejamento Regional do Turismo</p>				<p>NOV/21</p> <p>VIII – Previsão de abertura em dez/21</p> <p>IX - Previsão de abertura em jan/22</p> <p>X – Previsão de abertura em fev/22</p> <p>XI - Previsão de abertura em mar/22</p>	
4	<p><b>Fomento às boas práticas</b></p> <p>I – Levantamento e publicação de portfólio de boas práticas municipais no turismo</p> <p>II - Levantamento e publicação de portfólio de boas práticas regionais no turismo</p>	Municípios, IGRs,	Contínuo	D, H, J	<p>I – 1ª edição realizada em 2019 e previsão de lançamento de da 2ª edição em novembro de 2021</p> <p>II - 2ª edição realizada em 2020</p>	<p>DRDP – Priscila Martins</p> <p>SPT – Flavia Ribeiro</p>

Diante de todas as informações aqui expostas vimos solicitar análise do plano e ações em curso e convidar este grupo para acompanhar as ações de desenvolvimento da Política de Regionalização do Turismo em Minas Gerais. Colocamos a equipe responsável à disposição para esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Rios Martins, Diretor(a)**, em 14/09/2021, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **35166106** e o código CRC **F0195EDD**.